



DECISÃO INÉDITA!

O município de Itabira realizará pela primeira vez uma consulta pública para deliberar o pedido de anuência feito pela mineradora Vale para ampliar as cavas das minas Conceição e do Meio.



Foto: Arquivo pessoal



Pilhas de rejeito e estéril: risco invisível e uma tragédia previsível nas cidades mineradoras

Danilo Alvarenga Freitas é especialista em advocacia empresarial, tributária e direito público, com ampla experiência na qualificação de empresas para atuação junto a órgãos governamentais. Profissional com passagem por cargos estratégicos na administração pública municipal, incluindo chefia de gabinete, secretaria de obras e presidência de empresa pública.

bos ou falsos espertos sendo feitos de bobos?

Quem defende o povo nessa questão?

A mineração move a economia, mas os impactos ambientais e sociais são enormes. As associações e entidades ambientais precisam sair da letargia e ajudar na fiscalização, na cobrança das prefeituras e no envolvimento das comunidades.

É urgente a organização por meio de consórcios intermunicipais, associações regionais e parcerias com universidades para garantir que os impactos sejam estudados, mitigados e indenizados antes que se tornem irreversíveis.

A dificuldade da fiscalização nos pequenos municípios

Outro ponto crítico é que muitas cidades não possuem um corpo técnico capacitado para analisar os riscos. E a fiscalização através de órgãos estaduais ou federais é morosa e insuficiente.

“Não dá para esperar que morra mais gente para que surjam regras claras para a construção, monitoramento e descarte dessas pilhas”

“O crescimento das pilhas de rejeito e estéril sem regulamentação específica é um sinal vermelho. Se nada for feito, novas tragédias virão”

Diante disso, a tomada de decisões fica só nas mãos das mineradoras, que, muitas vezes, não têm pressa em adotar práticas mais rígidas de segurança. Dessa forma, os municípios aumentam a sua vulnerabilidade sem ter a capacidade de monitoramento e reação adequadas.

Salvar vidas: esta é a questão!

O crescimento das pilhas de rejeito e estéril sem regulamentação específica é um sinal vermelho. Se nada for feito, novas tragédias virão. A criação de leis rígidas, o fortalecimento da fiscalização e o apoio técnico para as cidades menores são medidas essenciais para garantir que a mineração ocorra de forma sustentável e segura.

A mineração é uma atividade essencial, mas seus impactos precisam ser gerenciados com responsabilidade. Ignorar esse problema agora pode significar um alto custo ambiental e humano nos próximos anos.

EDITORIAL

O tempo passa, a Vale cava

O tempo passa muito depressa para a sociedade itabirana, mas caminha com a velocidade de trôpega tataruga para a Vale. A exploradora de minério de ferro cava — com tranquila avidez — o subsolo de Itabira. O mercado internacional determina a extensão do buraco. Essa operação, todavia, causa sérios transtornos para a população.

A linguística do idioma português possibilita brincadeiras com o léxico para se tocar numa ferida de difícil cicatrização: a Vale cava a cava. Trata-se de construção gramatical sem graça. Veja bem. Recentemente, a empresa pediu anuência ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (Codema) para aumentar a profundidade das minas do Meio e Conceição. E note-se. A ousadia técnica não trouxe nenhuma contrapartida para a agressão ao meio ambiente. E o desatino não acaba neste ponto. Pelo contrário. A multinacional também promoverá delicada intervenção ambiental, antes e depois do processo industrial.

A mineradora formará duas imensas pilhas (ou depósitos minerais): uma de estéril (as sobras do minério bruto) e outra para rejeitos (o item descartado do produto final). A ampliação das cavas afetará o já precário lençol freático. Essa ação vai de encontro a um dos principais dramas do cotidiano: a crônica escassez de água. Ironicamente, a Vale anunciou, com muita pompa, a solução para esta grave demanda. O surrealista espetáculo terá o seu (possível) epílogo com a captação do preciosíssimo líquido do rio Tanque.

Uma já tradicional característica da multinacional, porém, preocupa. A ex-estatal, ao longo do tempo, tornou-se especialista em dar com a mão direita e subtrair com a canhota. Enquanto isso, ela cava e aumenta a cava. A segunda circunstância (aumento da cava) ilustra a primeira constatação (a “doação” da água do Rio Tanque).

“A ex-estatal, ao longo do tempo, tornou-se especialista em dar com a mão direita e subtrair com a canhota”

Leis rigorosas ou omissões perigosas

Legislar sobre as pilhas de rejeito e estéril garantirá a segurança ambiental e da população. O endurecimento das normas para barragens foi fruto das tragédias recentes. Não dá para esperar que morra mais gente para que surjam regras claras para a construção, monitoramento e descarte dessas pilhas.

Muitas dessas pilhas são liberadas sem que os municípios tenham conhecimento real dos riscos envolvidos. Prefeitos bo-

EXPEDIENTE

DeFato

Diretor Administrativo
Thiago Jacques
thiago@defatoonline.com.br

Gerente Comercial
Rachel Furtado
rachel@defatoonline.com.br

Redação
Giovanna Victória
Guilherme Guerra
Jardel Mendes
Sara Zeferino

Editorial
Fernando Silva

Editores de Jornalismo
Fernando Silva
Gustavo Linhares

Fotos Capa
Principal: Gustavo Linhares/DeFato Online
Entrevista: Divulgação/Ibram

Gerente de Produção
Marina Colombo
opec@defatoonline.com.br

Gerente Financeiro
Cleise Martins
financeiro@defatoonline.com.br

Diagramação
Sônia Oliveira - Ponte Propaganda
gerencia@pontepropaganda.com.br

Impressão:
Gráfica Pinus

Diretor-presidente do Ibram fala sobre o posicionamento global do Brasil em relação aos minerais críticos

Com grandes reservas de minérios imprescindíveis para a indústria, o País tem sido procurado por outras nações interessadas nesses recursos

Foto: Divulgação/Ibram

O setor de mineração no Brasil tem despertado o interesse de investidores estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos e da China. O foco principal está na extração de metais críticos, fundamentais para o desenvolvimento de tecnologias como veículos elétricos, turbinas eólicas e painéis solares.

Diante desse cenário, como o Brasil tem lidado com essa crescente demanda? Raul Jungmann, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), em entrevista a CNBC, falou sobre o tema.

Nós temos hoje uma disputa febril pelos chamados minerais críticos. Por quê?

Eles são essenciais para a segurança alimentar, por exemplo, o potássio e o fosfato, que estão na base de toda a produção agrícola no mundo, mas particularmente no Brasil. Os minerais críticos são essenciais para a tecnologia e inovação, produção de chips, semicondutores, etc.

Eles são essenciais também para as chamadas indústrias de defesa, na produção de ligas e metais especiais. E aí o que acontece? O que acontece é que tanto China como Europa e Estados Unidos entram numa corrida que é exatamente de garantir o suprimento, ou seja, garantir esses minerais que são essenciais para as suas indústrias e o seu desenvolvimento.

Então é isso que está acontecendo e o Brasil tem sido intensamente procurado. Para você ter uma ideia, recentemente recebi a embaixada dos Estados Unidos e isso tem acontecido praticamente semana após semana, com países vindo conversar conosco, porque o Brasil tem imensas reservas em termos dos chamados minerais

“Os minerais críticos são essenciais para a tecnologia e inovação, produção de chips, semicondutores, etc.”



Raul Jungmann está preside o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) em um momento decisivo para o setor extrativista

críticos e quando eu falo mineral crítico, nós estamos falando do lítio, do cobre, do nióbio, do níquel, por exemplo, e o Brasil tem grandes depósitos.

O que impede do Brasil realmente se posicionar e quais os riscos do ponto de vista de soberania do Brasil demorar para se organizar dentro desse debate?

Olha, esses pontos críticos, eles já vêm há muitos anos, são décadas praticamente e agora tem acontecido alguma coisa. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) desenvolveu uma parceria com o Ibram para sua atualização, para sua modernização, para o seu reequipamento, por exemplo. A mesma coisa foi feita, pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) com a ANM, que é a Agência Nacional de Mineração.

Então, tem algumas mudanças que estão em curso, mas ainda demoram a se dar, ou seja, a apresentar os seus frutos. E a nível mundial, o que é que acontece? A nível mundial nós temos uma desordem muito grande. Quando eu digo desordem, é porque nós estamos vivendo conflito na Rússia, na Ucrânia, nós estamos vivendo

conflito em Gaza, com Israel, no Oriente Médio, nós estamos vivendo com os Houthis, por exemplo.

Você tem conflito e a polaridade entre China e Estados Unidos. E nós não temos hoje nenhuma estrutura de governança global que você possa dizer não, essa daqui ela regula, essa daqui organiza, essa daqui ordena as coisas a nível mundial.

Então, com essa desordem no mundo, os países precisam ter segurança no seu suprimento, precisam ter, sobretudo, certeza de que os minerais críticos, que eles precisam para o desenvolvimento dos seus países, respectivamente, e as suas empresas, eles vão ser garantidos.

E, no mundo, quem pode fazer isso?

Um dos países que pode fazer isso é o Brasil. É democrático, tem segurança, tem estabilidade, segurança institucional, segurança jurídica. Então, tudo isso nós temos, mas para aproveitar isso, nós precisamos resolver esses nossos problemas.

Nós estamos em curso de resolvê-los, mas nós precisamos ser muito mais ágeis para poder aproveitar esse passaporte para o

“Sem minerais críticos, não há como sair da emergência climática e isso é só um exemplo”

futuro, já que o mundo inteiro está procurando o Brasil para firmar negócios, fazer parcerias em torno dos minerais críticos, que são essenciais para a tecnologia, como aqui eu disse, para a transição, economia de baixo carbono, para segurança alimentar, para defesa, para semicondutores, chips e assim por diante.

É a hora e a vez do Brasil. Agora, nós precisamos responder a esses estímulos e estar em condições de fornecer tudo aquilo que é necessário para o mundo e também para a gente superar a emergência climática. Não há como superar a emergência climática e sair da crise que nós estamos no clima se nós não tivermos baterias, se nós não tivermos aerogeradores, se nós não tivermos painéis solares.

Sem minerais críticos, não há como sair da emergência climática e isso é só um exemplo.

Com pagamento do superávit do plano BD, Valia injeta R\$ 45 milhões na economia de Itabira

Aposentados e pensionistas recebem 4,2 suplementações de abono após mobilização sindical

A economia de Itabira recebeu um reforço significativo no dia 28 de março, com o pagamento do superávit do Plano de Benefício Definido (BD) da Valia, fundo previdenciário da Vale. Cerca de 4 mil aposentados e pensionistas serão beneficiados com um total de R\$ 45 milhões, correspondentes a 4,2 suplementações de abono.

A conquista foi resultado da

“A conquista foi resultado da atuação do Sindicato Metabase de Itabira e Região, que negociou a ampliação do benefício de 1,2 para 4,2 suplementações”

atuação do Sindicato Metabase de Itabira e Região, que negociou a ampliação do benefício de 1,2 para 4,2 suplementações, após revisão das reservas técnicas. No cenário nacional, a distribuição para os assistidos do Plano BD ultrapassa R\$ 180 milhões, impulsionando a economia das cidades onde a Vale mantém operações.

Onde verificar o pagamento?

Os beneficiários podem consultar os créditos diretamente em suas contas bancárias, pelo site da Valia, junto ao sindicato ou acessando o contracheque.

O Sindicato Metabase vem liderando negociações junto a mineradora Vale e Valia possibilidade de extensão do pagamento de superávit aos filiados do plano de Benefício Proporcional/Vale Mais.

Foto: Divulgação/Sindicato Metabase de Itabira e Região



Presidente do Sindicato Metabase, André Viana vem participando das negociações sobre o pagamento do superávit da Valia

Como o superávit foi viabilizado e qual o impacto para a economia global

O presidente do Sindicato Metabase e conselheiro da Vale, André Viana Madeira, explicou que a redução do período de reserva técnica de 48 para 36 meses possibilitou a liberação de mais recursos, após deliberação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

“E ainda não estamos satisfeitos! Nossa luta agora é para que os assistidos do Plano Vale Mais/BP também sejam contemplados”

“Esse valor não beneficia apenas aposentados e pensionistas. A economia de Itabira e região também é impactada positivamente, pois esses recursos são reinvestidos no comércio e nos serviços locais”, destacou André Viana.

Com os repasses do superávit e da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de empresas como a Vale, estima-se que Itabira receba cerca de R\$ 200 milhões no primeiro trimestre de 2025.

“E ainda não estamos satisfeitos! Nossa luta agora é para que os assistidos do Plano Vale Mais/BP também sejam contemplados”, reforçou o sindicalista.

Até então, o superávit da Valia era pago somente aos aposentados e pensionistas assistidos pelo Plano BD. Para esses assistidos, desde o início do pagamento do superávit, em 2007, até hoje, a Valia já distribuiu mais de

R\$ 7 bilhões em todo o Brasil. A liberação do pagamento de superávit aos beneficiários do Plano BP/Vale Mais ainda depende de algumas rodadas de negociação.

Próximos passos na luta pelos direitos dos beneficiários

Em abril, André Viana participará de uma reunião na Câmara de Conciliação da Previc, em Brasília, para solicitar a liberação de R\$ 210 milhões em superávit para os participantes do BP/Plano Vale Mais. A medida inédita pode ampliar ainda mais os benefícios aos assistidos da Valia.

Além disso, o sindicato mantém pressão no Congresso Nacional pela isenção do Imposto de Renda sobre os valores pagos a título de superávit. “Não podemos acomodar. A ordem é avançar!”, concluiu André Viana.

Codema retira de pauta pedido de anuência da Vale e abre consulta pública sobre novas pilhas de rejeitos em Itabira

Decisão inédita permitirá que população participe do debate sobre impactos ambientais e compensações da mineradora

O Conselho Municipal de Meio Ambiente (Codema) de Itabira retirou de pauta, no dia 21 de março, o pedido de anuência da Vale para ampliação das cavas das minas do Meio e Conceição, no complexo minerador da cidade. O projeto da empresa prevê a instalação de duas novas pilhas de estéréis e rejeitos de minério de ferro sem oferecer contrapartidas diretas para o município, destinando compensações a outras localidades.

Além de suspender a votação do pedido, o Codema aprovou a realização de uma consulta pública, permitindo que a população compreenda a proposta e contribua com sugestões de condicionantes para sua possível aprovação. A decisão foi praticamente unânime entre os conselheiros, com exceção da Vale, que se absteve do voto.

A proposta de consulta pública surgiu após um pedido de vista coletivo feito por entidades participantes do Codema em fevereiro, além de mobilizações populares, um abaixo-assinado com apoio de 12 vereadores e a entrega de um ofício por uma deputada estadual.

Com a decisão, o Codema formará um grupo técnico para definir a data e o formato do evento. A consulta não se trata de uma votação favorável ou contrária ao projeto, mas de um espaço para discutir impactos ambientais e sugerir medidas a serem incluídas no parecer do órgão.

“A proposta de consulta pública surgiu após um pedido de vista coletivo feito por entidades participantes do Codema em fevereiro”



Foto: Guilherme Guerra/DeFato Online

Reunião do Codema em que foi decidida a realização de uma consulta pública sobre o pedido de anuência feito pela Vale

Questionamentos ambientais e possíveis riscos

Desde o início do processo, a Cáritas Diocesana, uma das entidades participantes do Codema, se posicionou contra a análise do pedido sem a realização de uma audiência pública, buscando ampliar a discussão sobre os impactos ambientais e as compensações para Itabira.

Entre as preocupações levantadas estão o rebaixamento do lençol freático do município e o aumento do consumo de água pela atividade minerária; a segurança das pilhas de rejeito e estéril; e a poluição atmosférica

“Não se trata de ser contra a mineração ou a Vale, mas de garantir que o processo ocorra com o devido controle e fiscalização”



A advogada Patrícia Freitas, representante da OAB Itabira no Codema, também demonstrou preocupação com os impactos do projeto. “O que mais me chamou atenção foi a questão da água, tanto na quantidade quanto na qualidade, e os efeitos na poluição do ar. Não se trata de ser contra a mineração ou a Vale, mas de garantir que o processo ocorra com o devido controle e fiscalização”, afirmou.

Prefeito de Congonhas critica impacto da mineração e defende diversificação econômica

Para Anderson Cabido, o desenvolvimento do município deve incluir alternativas sustentáveis que ampliem as oportunidades de emprego

O prefeito de Congonhas, Anderson Cabido (PSB), afirmou que os impactos da mineração se tornaram insustentáveis para o município. Apesar de reconhecer a importância do setor, ele defende uma exploração mais qualitativa e menos volumosa.

Cabido destacou a necessidade de diversificar a economia para reduzir a dependência da mineração e melhorar a qualidade de vida. Segundo ele, o desenvolvimento deve incluir alternativas sustentáveis que ampliem oportunidades de emprego.

O prefeito também alertou para os danos ambientais e sociais da atividade, convocando empresas e gestores a repensarem o modelo econômico da cidade.

“Apesar de reconhecer a importância do setor, ele defende uma exploração mais qualitativa e menos volumosa”



Anderson Cabido defende um modelo extrativista que cause menos impacto à cidade de Congonhas

Fotos: Reprodução/Redes sociais

ArcelorMittal amplia produção em Sabará com investimento de R\$ 144 milhões

Expansão aumenta capacidade em 35% e reforça portfólio da empresa no setor automotivo e industrial

A ArcelorMittal inaugurou a nova linha de trefilação de fio-máquina em sua unidade de Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), aumentando em 35% sua capacidade produtiva. O investimento de R\$ 144 milhões inclui a construção de um galpão e a aquisição de equipamentos automatizados vindos da Alemanha.

A ampliação visa atender a demanda dos setores automotivo e industrial, produzindo aço para molas, amortecedores, eixos e fixadores. O projeto reforça o compromisso da empresa com o crescimento sustentável e a inovação no Estado.

A expansão da unidade de Sabará faz parte do plano estratégico de investimentos da ArcelorMittal Brasil para o ciclo de 2021 a 2028. Com os aditivos aos protocolos assinados com o Governo de Minas, os aportes para as unidades da empresa no estado somam R\$ 11,5 bilhões.

“A ampliação visa atender a demanda dos setores automotivo e industrial, produzindo aço para molas, amortecedores, eixos e fixadores”



Governador Romeu Zema (Novo) participou da inauguração

Fotos: Dirceu Aurélio/Imprensa MG

Prefeito de Barão de Cocais discute execução de acordo com a Vale

Reunião no Ministério Público debate avanços na reparação dos danos causados pelo risco de rompimento de barragem

O prefeito de Barão de Cocais, Geraldo Abade (PSD), participou de uma reunião no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) para discutir o cumprimento do acordo com a Vale referente ao risco de rompimento da barragem de Gongo Soco, em 2019. O encontro contou com representantes da Justiça e técnicos responsáveis pela auditoria do processo.

Abade destacou a necessidade de ajustes nas obras em andamento, como um conjunto habitacional no Parque de Exposições e melhorias na via do minério. Também defendeu a finalização do anel rodoviário para reduzir impactos urbanos. Os projetos passarão por auditoria antes da liberação dos recursos.

“O encontro contou representantes da Justiça e técnicos responsáveis pela auditoria do processo”



Foto: Reprodução/Ascom/Barão de Cocais

Durante o encontro, Geraldo Abade defendeu a necessidade de se fazer ajustes nas obras em andamento

Ambientalistas cobram regulamentação de pilhas de rejeitos da mineração em Minas Gerais

Audiência na Assembleia Legislativa alerta para riscos ambientais e necessidade de maior fiscalização

Especialistas e ambientalistas defenderam, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a regulamentação das pilhas de rejeitos da mineração. Segundo eles, essas estruturas acumulam toneladas de material sem controle adequado, representando riscos ambientais e sociais.

Minas Gerais possui cerca de 750 pilhas de rejeitos, e deslizamentos recentes acenderam o alerta para o problema. Casos como os de Conceição do Pará, em 2024, e da mineradora Vallourec, em 2022, demonstram a necessidade de um marco regulatório para evitar tragédias.

A deputada Beatriz Cerqueira (PT) propôs o projeto de lei 2.519/24, que exige fiscalização rigorosa, transparência de dados e responsabilidade das mineradoras. O documento prevê que empresas informem alterações em até 12 horas e disponibilizem dados sobre estabilidade das pilhas ao público.

“Minas Gerais possui cerca de 750 pilhas de rejeitos, e deslizamentos recentes acenderam o alerta para o problema”



Foto: Gustavo Linhares/DeFato Online

Pilha de disposição de rejeito a seco na mina Conceição, da mineradora Vale, em Itabira



BOMBOU NA WEB

www.defatoonline.com.br

Foto: Reprodução/DNIT



Autorizado o início das obras de infraestrutura da BR-135, no Norte de Minas Gerais

No dia 12 de março foi assinada a ordem de serviços para as obras de implantação, pavimentação e restauração de 57,41 quilômetros da BR-135, entre Manga e Itacarambi, em Minas Gerais. Ao todo, serão investidos pelo governo federal, por meio do Novo PAC, aproximadamente R\$ 260,2 milhões.

As empresas contratadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) já estão se mobilizando para o início dos trabalhos.

Duplicação da BR-381 pode contribuir com o desenvolvimento econômico das cidades mineradoras

A concessão da BR-381 é uma aliada do desenvolvimento econômico das cidades mineradoras. O trecho de 303,4 km de extensão, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, é utilizado, principalmente, para escoamento de produtos industriais, pois atravessa o Vale do Aço e interliga Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

O trecho liga um dos arranjos industriais mais importantes de Minas Gerais, que representa cerca de 38% do PIB do Estado.

Foto: Jhonne Starling



Foto: : Divulgação/Fulwood



Pouso Alegre vai abrigar um grande condomínio que pode se tornar um dos maiores polos industriais do País

Pouso Alegre, segundo maior PIB do Sul de Minas Gerais, vai abrigar um condomínio logístico e industrial com a expectativa de alavancar a economia da região. Localizado às margens da rodovia BR-381 e com investimento de R\$ 250 milhões, o Pouso Alegre Business Park deve começar a operar ainda neste ano.

O empreendimento é o sexto da Fulwood, incorporadora de condomínios logísticos-industriais e sua estrutura no município ocupa uma área de cerca de 80 mil metros quadrados

Nova espécie de aracnídeo é descoberta em Minas Gerais

Uma nova espécie de opilão, um tipo de aracnídeo, foi descoberta na Reserva Biológica da Mata Escura, localizada nos municípios de Jequitinhonha e Almenara, em Minas Gerais. Denominada Cajango ednardo, a espécie apresenta características morfológicas distintas que a diferenciam de outras do mesmo gênero. Além disso, é a primeira vez que é registrada a ocorrência desse gênero no estado de Minas Gerais.

Foto: Adriano Kury/Divulgação



NOTÍCIAS DA MINERAÇÃO

www.defatoonline.com.br

Foto: MAB/Divulgação



Caso Samarco: processo em Londres avança e vítimas aguardam sentença

O julgamento da mineradora BHP em Londres, na ação movida pelas vítimas da tragédia de Mariana, teve no dia 13 de março uma etapa decisiva. A justiça inglesa recebeu as alegações finais da acusação e da defesa. A sentença deve ser divulgada em junho ou julho.

Em caso de condenação, o processo irá para a fase de cálculo da indenização, o que deve acontecer entre 2026 e 2027. Os advogados que representam os atingidos pleiteiam uma indenização em torno de R\$ 260 bilhões.

Brumadinho: Justiça determina que Vale mantenha benefício a atingidos

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinou que a Vale assegure, sem nenhuma redução de valor, os repasses mensais do Programa de Transferência de Renda. A medida atende pedido dos atingidos da tragédia ocorrida em Brumadinho, que são os beneficiários dos pagamentos.

Eles questionavam o corte que passou a vigorar no mês passado. Os valores caíram pela metade e o fim do benefício estava previsto para abril de 2026.

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil



Foto: : Divulgação/Vale



Vale anuncia a compra de 50 locomotivas para renovar frota da EFVM e da EFC

A Vale fechou a compra de 50 novas locomotivas junto à Wabtec Corporation. Segundo a companhia, as máquinas, da série Evolution, serão destinadas às operações da Estrada de Ferro Vitória/Minas (EFVM) e da Estrada de Ferro de Carajás (EFC). O valor do negócio não foi informado.

Ainda segundo a Vale, as locomotivas serão produzidas na fábrica da Wabtec no Brasil, na cidade de Contagem e começarão a ser entregues em 2026.

Iniciadas as obras de captação no Rio Tanque para reforçar o abastecimento de água em Itabira

No dia 20 de março, aconteceu a cerimônia para o início das obras de construção do sistema de captação e da Estação de Tratamento de Água do Rio Tanque, com capacidade de fornecimento de 600 litros por segundo, volume que supera o consumo atual de água da população de Itabira, estimado em 400 l/s.

O empreendimento é custeado pela Vale e tem parceria da Prefeitura de Itabira e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto. O investimento é de R\$ 1,17 bilhão e deve gerar cerca 1.200 empregos.

Foto: : Mariana Almeida

